

# Que é que deu neles, que agora estão trabalhando?

**LUIZ CARLOS LISBOA**

Na próxima segunda-feira, quando o deputado-relator **Bernardo Cabral** apresentar um esboço do seu substitutivo da carta constitucional às lideranças do PMDB, reunidas na casa do presidente do Congresso constituinte, estará revelando, com todas as probabilidades, as linhas gerais da futura Constituição. Nos seus sete meses de atuação, a Assembléa Nacional passou para o País a confirmação penosa da arraigada imaturidade da vida política brasileira, que, ao contrário do que se esperava, permanecia presa aos seus piores atavismos. Um radicalismo de gosto infantil e de inspiração totalitária fora costurado ao antigo oportunismo das "raposas" e, agora, parecia impossível fazer em conjunto qualquer coisa, ainda que fosse o estatuto de uma escola de samba. Nos dez dias que acabam de passar, no entanto, alguma coisa nova aconteceu na Constituinte: as manobras regimentais e as definições por contraste cederam lugar ao equilíbrio e ao consenso. Como se um medo lúcido do desastre acabasse, produzindo, tal como nas catástrofes, a união momentânea de adversários e a supressão das posturas nascidas do orgulho, antes que da convicção.

A divulgação oficial do substitutivo será feita dia 24 deste mês, e nele será processado o aproveitamento quase total dos trabalhos reunidos no chamado Projeto Hércules. As questões polémicas que ficaram de fora por absoluta impossibilidade de acordo — como o sistema de governo e a duração do mandato presidencial — serão discutidas e votadas no plenário da Assembléa a partir de 20 de setembro. Nos quatro meses que restam de trabalho, os constituintes podem fazer o que não fizeram nos sete que desperdiçaram em manobras típicas da vida parlamentar nacional. O que teria mudado, afinal? A fragilidade institucional que se pressentiu nos últimos meses não podia ser mantida sem descrédito para as instituições. Quando a nova Constituição estiver pronta, se seu espírito representar de fato a vontade do País, esse será um fator de harmonização da vida nacional. A confiança que falta graças à instabilidade econômica será suprida com a presença tranquilizadora de uma Carta que prevê e ordena, e que felizmente não terá a pretensão de regular todas as situações. Essa Constituição pode estar a caminho, agora que os constituintes se encontraram sob o abrigo de idéias gerais comuns.

Que aconteceu em Brasília, à sombra da Comissão de Sistematização da Constituinte? Quando questões como anistia, comunicação, organização urbana, presença do Estado na economia, sistema financeiro encontram posições comuns e consenso entre os constituintes, é preciso acreditar na criatividade das crises, na força construtiva do temor, na clarividência das decepções. A escolha de "proteção temporária", em vez de reserva de mercado, é uma das faces ríspidas, no seu lado produtivo, do grupo dos 32 e do Grupo Interpartidário. A criação do

Tribunal Constitucional, para acima do Supremo dirimir interpretações da lei magna, divide os grupos mas resolve criativamente matéria que dorme no inconsciente brasileiro há algumas constituições. O presidente **Ulysses Guimarães** diz que o trabalho dos grupos "é uma prática original que deve continuar", e cita a questão da reforma agrária como exemplo: 80% das dificuldades foram resolvidas e agora quase todos os constituintes sabem como conciliar o possível com o necessário. É incontestável que houve uma forma de maturação política, resultado possível da crise que amedronta o País, e que não encontra solução fácil. Sem conceder, aproximar, compor, o que ficaria de fato seria apenas o caos e a desordem.

Na definição de empresa nacional foi mantido o texto original de um dos grupos, que coincidia com o projeto do relator **Cabral**, sendo acrescentado um parágrafo que dava como "empresa brasileira de capital estrangeiro a pessoa jurídica constituída com sede e direção no Brasil, que não preencha os requisitos previstos no início do artigo". A abertura, ainda que mitigada, ao capital estrangeiro é progresso apreciável num país de grandes superstições e sentimentos de inferioridade em relação à riqueza dos outros. Os nacionalistas, que falam por seus temores subterrâneos e em favor de uma plataforma que em si é obscura, mas que todos supõem que os eleitores "entendem", cederam um pouco para conservar certas conquistas. Se eles se cumprimentam por essas pequenas vitórias, não é porque estejam em luta ascendente para o poder, mas porque aprenderam a valorizar as pequenas aquisições, quando as grandes lhes escapam pelos dedos. A destinação de recursos para a saúde ficará em aberto, cabendo à lei ordinária resolver os aspectos mais gerais da questão. Aqui, o "grupo interpartidário" perdeu a parada da destinação de recursos provenientes do fundo de seguridade. Finalmente, a aposentadoria fica estabelecida em 35 anos para o homem e 30 para a mulher, com um mínimo de 53 e 48 anos de idade, respectivamente, o que atendeu a todos.

Mas de onde veio esse jorro de luz que permitiu aos constituintes ouvir uns aos outros e, em seguida, decidir de comum acordo? Do medo do pior, muito provavelmente. Esse temor soprou gelado em Brasília, nos primeiros e nos últimos dias de julho, proveniente de gabinetes intimamente conhecidos. Na sua chegada à Capital, os mais sensíveis intuam que ele era fundado, que a opinião pública também estava temerosa e destituída. Esse podia ser o ápice da crise, o point of no return. Os constituintes sentiram, ao longo da espinha, que era preciso convocar o entendimento, chamar a si o bom senso, pedir a presença da objetividade. A hora da brincadeira havia passado, e o charme também. Deputados e senadores levantaram-se do chão, afastaram os brinquedos e lavaram as mãos, retomando seus deveres com toda dedicação. Agora, vamos ver as notas no fim do ano.